

Deponente: Otávio Soares Dulci.

Entrevistador: Maria Céres Pimenta Spinola Castro e Vanuza Nunes Pereira

Data: 21 de fevereiro de 2017.

INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO: Gravando.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Bom dia. Hoje é dia 21 de fevereiro de 2017, são 09h22min e nós estamos fazendo uma oitiva com o Otávio Soares Dulci, que é Professor da Universidade Federal de Minas Gerais. Teve uma trajetória muito importante, tanto no movimento político e social, especialmente no período da luta contra a ditadura, e nós vamos ouvi-lo hoje. Otávio, você pode se manifestar, começar a contar sua história, de quando é que você começou a militar, etc. As avaliações que você faz, as histórias que você quer contar daquele período, que é o período que a Comissão da Verdade de Minas Gerais está apurando, né. Pela lei, nós temos de apurar as ofensas aos direitos fundamentais dos cidadãos de 46 a 88. Entretanto, tendo em vista todas as questões que a gente viveu nesse período agora de dificuldade de recursos, etc., de encontrar formas adequadas, nós estamos trabalhando basicamente entre 64 e 85. Entretanto, se existirem fatos ou eventos anteriores a 64 ou posteriores a 85 que você também queira sobre eles se manifestar e relatar, esteja à vontade, o depoimento é seu, tá, e a gente vai fazer perguntas e esclarecimentos ou alguma coisa que talvez, que ajude a recordar alguma coisa etc. Mas o depoimento é seu, esteja à vontade. E muito obrigada por você ter atendido o nosso convite.

OTÁVIO DULCI: Eu queria agradecer com muito empenho esse convite, porque eu tenho muito apreço pelo trabalho da Comissão da Verdade, acho que é uma das coisas mais importantes que o nosso país está realizando, e pode ser que eu tenha algo a contribuir para todo esse trabalho, né, através da minha trajetória. Eu nunca fui uma liderança política expressiva no movimento estudantil e em outros setores na área político-partidária, mas eu acompanhei esse processo do começo ao fim, né. Então eu vou narrar um pouco do que eu posso recordar aqui. A minha experiência política começou na adolescência, eu residi em Juiz de Fora e tinha, estudei na escola dos dominicanos e continuei tendo bastante contato com eles na época, e foi exatamente através desse contexto, do ambiente da ordem dominicana e da sua

influência muito grande na ação católica que eu comecei a descobrir a política, digamos assim, né, a política militante. Juiz de Fora naquela época era um lugar de bastante mobilização, né, e creio que mais até por esse lado, digamos, do catolicismo de esquerda, né, que era representado na área da juventude pela JEC e pela JUC. Várias lideranças importantes posteriores tinham, vamos dizer, surgido, brotado desse contexto aí. E eu era mais jovem do que os outros, né, mas eu me lembro bem, acompanhei, por exemplo, tive notícia próxima da fundação da AP, da Ação Popular, que surgiu exatamente nesse contexto, né. E em 1964 eu estava no segundo ano científico, atualmente se chama Ensino Médio, e fiquei extremamente surpreso ao saber... não, antes disso eu deveria dizer: nesse ano eu vi, senti, embora não tivesse tantos contatos assim, eu já não estava na escola dos dominicanos, estava estudando sozinho lá na cidade, fui vendo aquele ambiente preparatório do golpe, senti no ar uma intensificação das tensões, eu lia um pouco o jornal e eu me lembro perfeitamente da noite em que o golpe foi deflagrado. Eu estudava à noite, meu colégio era na Rua Halfeld, eu desci a rua, às 10 horas da noite, e ali no parque Halfeld, que é a praça principal de Juiz de Fora, ficava a prefeitura, estava uma aglomeração popular e uma pessoa falando da sacada, era o general Olímpio Mourão, que tinha deflagrado o golpe, né, naquela tarde, acho que 5 horas da tarde, e estava fazendo pronunciamento lá desta sacada da prefeitura. Eu não compreendi muito bem o que estava se passando, mas no dia seguinte, na hora do almoço, uma pessoa chegou no lugar onde eu estava e informou para as pessoas presentes que a repressão estava solta na cidade e que o colégio dos dominicanos, esse lugar onde eu tinha estudado, tinha sido invadido brutalmente, né, e os participantes do golpe, as forças que apuravam a ação militar, estavam eufóricas com isso, porque eles tinham, eram um dos alvos preferenciais. Depois eu fui lá, né, tinha muitos colegas meus que estudavam lá, eu conhecia eles, eu depois fui saber o quê que era e de fato tinha sido um espetáculo grotesco. Eles tinham invadido e vandalizado a biblioteca, que eles tinham bibliotecas muito boas, puseram os alunos virados para a parede, sob ação de metralhadoras, etc. Creio que não prenderam ninguém, foi uma demonstração de força, isso eu me lembro muito bem e quero falar rapidamente. Tanto em Juiz de Fora quanto em Santos Dumont, que era a outra cidade onde morava a minha família, esse primeiro, vamos dizer, as primeiras semanas do período do novo regime foram de uma demonstração de força absurda. Depois eu soube que aqui em Belo Horizonte aconteceu a mesma coisa. Prendiam pessoas, eram as pessoas indicadas ou

denunciadas como comunistas ou esquerdistas ou isso ou aquilo, né, ou ligadas a Brizola ou ao presidente João Goulart, ao Getúlio Vargas, ao trabalhismo antigo, né. Era uma, isso era um conjunto de gente que era achado aqui e ali, e havia um interesse por dar espetáculo. Por exemplo, eu me lembro perfeitamente de um fato que foi chocante: o vigário de Santos Dumont, o cônego Francisco Maximiniano, ele tinha se tornado crescentemente de esquerda no período pré-64 e aparentemente estava atuando no Grupo dos Onze, fundado pelo Brizola na época. Mas era uma coisa, me parece, muito embrionária, aquilo não chegou a dar resultado nenhum em termos de ação política. Uns dias depois do 31 de março, ele estava celebrando missa na praça, a igreja na praça principal da cidade, quando desceram, lá tem um quartel do exército, onde estava, enfim, de onde saíam essas forças. Eles vieram, assim, com grande alarde pela avenida e cercaram a igreja. Eles não chegaram a invadir a igreja, porque o limite era: ele termina a missa, então. Será preso imediatamente. Mas, eles fizeram de tal forma que a cidade inteira visse, que essa que era a ideia: gerar intimidação, né, e por punição exemplar dos seus alvos políticos, né. O cônego Maximiniano foi preso, mas não foi para o, parece que o bispo de Juiz de Fora entrou no assunto e combinou que ele seria, ficaria em prisão domiciliar num colégio dos franciscanos que tinha lá em Santos Dumont, né, que era pouco afastado. Quer dizer, ele ficaria, digamos, preso em um prédio da igreja católica, não na cadeia, principalmente não no quartel, né, do exército lá da cidade. E lá era uma cidade industrial, né, naquele tempo tinha muitos trabalhadores, portanto o PTB, o Partido Trabalhista e todo esse campo político do Getúlio Vargas tinha muitos eleitores. Na verdade, eles eram a maioria da cidade. Então vocês imaginam uma cidade aí de uns 40 mil habitantes que teve centenas de pessoas atingidas. Quase todas as ruas tinham alguém preso. Eu lembro disso porque nosso bairro lá, né, na minha rua tinha não sei quem, na outra rua fulano, né, e sempre no intuito de deixar claro quem tinha perdido a parada, uma coisa assim. Lá em Juiz de Fora foi bastante sério também, e lá tinha dois agravantes, no caso, que tornavam a coisa mais dramática: lá era a sede da região militar e da circunscrição onde eram julgados os processados por crimes políticos. E lá era que ficava também a penitenciária de Linhares. A penitenciária de Linhares, onde muita gente foi presa também, né, os já condenados. Vários amigos meus, conhecidos, me disseram que cumpriram pena lá, como o meu caro amigo Nilmar Miranda, foi um, e outros, né. Bom, eu estudei lá até 1965, terminei o Ensino Médio, depois eu parei um ano, que eu não estava sabendo muito bem o que fazer, se

eu ia fazer curso de Economia, História, Psicologia, estava com uma certa dúvida. Parei um ano, fiquei trabalhando e no fim do ano eu resolvi vir para Belo Horizonte, porque lá, essa nossa região, fica entre Rio de Janeiro e Belo Horizonte. O meu pai me perguntou: “Você quer estudar onde?”. Eu era o filho mais velho e nesse tempo a família estava um pouquinho melhor, então dava para ele perguntar: “Você quer ir para qual cidade?”. Poderia ser o Rio. Alguns irmãos meus, como o Luiz Dulci, estudou no Rio de Janeiro, uma parte da família ia para o Rio e a outra para cá. Eu falei: “Não, eu quero ir para Belo Horizonte porque eu tenho vários amigos que estão indo para lá ou que são de lá, eu tenho uma turma de amigos”, né. E eu, assim, vim conhecer a UFMG antes. A faculdade nossa ficava no bairro Santo Antônio, ali perto da Savassi, na rua Carangola, e eu estava meio propenso a fazer o curso de História e na última hora, vejam o que é o destino de uma pessoa, eu encontrei na fila com um grande amigo meu, Romualdo Damas, acho que era o meu melhor amigo, e ele falou: “Ó, você está fazendo inscrição?”. “Tô. Cê vai fazer que curso?”, eu perguntei pra ele.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Romu.

OTÁVIO DULCI: O Romu. “Ciências Sociais”, aí falei: “Ah, então eu vou”, porque a gente tinha que pôr primeiro lugar e segundo, aí eu invertei a minha ordem, eu pus Ciências Sociais primeiro e História em segundo, e aí a minha vida ficou definida para sempre como sociólogo, cientista político. Bom, eu entrei para lá e nesse momento era 1967, né, aí eu tomei contato com uma realidade muito mais forte do que era Juiz de Fora, porque esse período, esse ano de 1967, o regime militar estava numa tentativa de constitucionalização limitada, digamos assim, né. Eles sempre...

OTÁVIO DULCI: (...) fizeram, acho que era bom falar isso aqui nesse depoimento, esse regime nunca teve um projeto claro de ditadura, como foi o Pinochet no Chile, por exemplo. Eles tinham projetos claros na parte econômica e na parte do controle de movimentos sociais, mas o quê que o regime pretendia ser do ponto de vista institucional, nunca ficou muito definido. Ele sempre procurou, e eu acho que era até uma atitude sábia da parte deles, ele sempre procurou uma fórmula de moderação de funcionamento. Por exemplo, nunca fechando ou raramente fechando congresso, né, permitindo algum jogo partidário limitado, né, enquanto que na Argentina e no Chile, e outros locais, houve um fechamento brutal do sistema político, né. O que gerou, como consequência, a necessidade de que essa ditadura fosse desconstruída com certa violência também, né, inclusive com responsabilização, como aconteceu na Argentina né, dos chefes, etc. O sistema brasileiro foi de tal forma, vamos dizer, essa busca de

uma fórmula mais moderada, que acabou gerando o resultado que nós temos até hoje no Brasil, um acordo de conclusão da ditadura para a democracia que preservou, em grande parte, os preservou, né, em grande parte, como agentes do novo regime, né. E o que está acontecendo hoje no Brasil, em 2017, é um pouco consequência disso, né, um núcleo conservador muito forte, que nunca realmente perdeu o jogo, exatamente por causa da fórmula que eles adotaram em 64 pra frente, né. Era uma espécie de autoritarismo limitado, vamos chamar assim, né. E nessa época eles tinham feito os atos institucionais, fechado os partidos, né, mas sempre tentando recriar outros, cassando parlamentares e personalidades da política, mas sem fechar os órgãos políticos, né, inteiramente. É isso que eu acho que foi a inteligência deles para perpetuar no sistema. E nesse período, em 1967, estava sendo feito pelo Congresso uma nova constituição, que procurava adaptar a Constituição de 46 às regras, às ideias, os objetivos das forças que tinham ganhado em 64. Mas isso significava uma certa liberdade também de atuação. Essa liberdade nós usufruímos dela até o final de 1968, então o quê que aconteceu? Muito movimento de rua, mas que era violentamente combatido pela polícia política. Ainda não havia nesse momento aquele aparato de segurança do DOI e CODI, isso foi criado depois, né. Nesse momento quem eram os nossos antagonistas era a própria polícia do estado, o DOPS, que era Delegacia de Ordem Política e a Polícia Civil. Os militares não estavam diretamente em confronto com os estudantes não. E esse período é que eu atuei no movimento estudantil, né. Como eu falei para vocês, eu tinha origem, assim, minha afinidade política era mais com o setor que vinha da igreja católica, então eu fiquei amigo de muitos deles lá na Fafich, na minha faculdade, mas também conhecia os outros setores políticos, que até então eu não, que vinham mais da tradição comunista, digamos assim, antiga, né. Mas o partido comunista, que tinha sido muito hegemônico na esquerda brasileira até início da década de 60, ele estava mais, um pouco mais secundário, principalmente no movimento estudantil, ele era pouco importante. Eram novos grupos que estavam crescendo, e um deles era muito importante, era a POLOP, Política Operária, que era uma experiência interessante de renovação do Marxismo brasileiro, né, numa linha separada da tradição comunista, vamos dizer, que vinha do bolchevismo. Outro partido que era mais ou menos forte era o PCdoB, que tinha sido criado exatamente em 1962, né, e sempre foi forte, eu acho. Pelo que eu me lembro, era um grupo forte na área estudantil. Mas, a Ação Popular era mais forte, ela tinha o comando da UNE, né, os presidentes da UNE eram todos da Ação Popular. O Aldo

Arantes, o Vinícius Caldeira Brant, o José Serra, esses foram os presidentes pré-64. E depois a UNE ficou fechada, mas ela foi recriada em um congresso em Belo Horizonte, que foi feito até na igreja de São Francisco, do Carlos Prates, 1966, e o presidente voltou a ser da AP, o José Luiz Guedes, né, médico lá de Juiz de Fora e tal. E depois o Luiz Travassos, que era de São Paulo. Quando eu entrei para a faculdade, o presidente era, se não me engano, já era o Travassos, e eles faziam muitas assembleias aqui. Nós, os estudantes, assim, de primeiro ano, segundo ano, conhecíamos, assim, de perto, esses líderes, que eram líderes importantes, famosos...

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Fazia a segurança deles nas passeatas.

OTÁVIO DULCI: Faziam segurança, exatamente. Eles eram, a faculdade era um pouco território livre, então eles ficavam, por exemplo, ia para o restaurante, poderia dormir no DA, tudo um pouco cuidado. Por exemplo, ele vinha de São Paulo para fazer as assembleias aqui, então era, tinha todo um cuidado com eles, porque, né. O vice-presidente era o José Carlos da Mata Machado, uma pessoa muito querida daqui da UFMG, né, faculdade de Direito. Também era da Ação Popular, da AP. Então esses eram os nossos líderes, né. E na faculdade tinha, aí era muito interessante, era um período de muita, poderia narrar para vocês de maneira muito breve como era o movimento estudantil. As duas faculdades onde, que estavam na ponta do movimento nessa época eu acho que era a faculdade de Medicina e a faculdade de Direito, principalmente porque lá que eram as grandes reuniões, né. A faculdade de Medicina sempre foi um lugar grande e muito atuante politicamente. Foi de lá que surgiu, creio eu, vamos dizer, o miolo daquele grupo que se tornou a, que era o Ângelo Pezzuti, o Jorge Nahas.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: A Colina.

OTÁVIO DULCI: A Colina: Comando de Libertação Nacional. Eu, interessante que eu vi um pouco isso de fora, sem ter contato pessoal com eles, porque enquanto eu era estudante da Fafich, de Ciências Sociais, eu trabalhei na faculdade de Medicina como funcionário burocrático, eu era do setor de pessoal. De tarde eu ia para lá e ganhava meu salarinho com aquilo ali. E foi muito interessante, porque eu tomei contato com uma outra faculdade que era muito maior que a nossa. Naquele tempo não havia o ICB, Instituto de Ciências Biológicas. Tudo era na Medicina. Então era, Medicina era um mundo, inclusive na área política, era interessante o negócio, sabe. Na congregação havia muito embate, porque ela era, ainda era o período dos

catedráticos, né, isso é antes da reforma de 68. E haviam catedráticos poderosíssimos na Medicina, que, vamos dizer, orientavam a faculdade em uma linha oposta, então os choques políticos lá eram muito grandes entre a faculdade e o movimento estudantil deles, né. Já na Fafich era um pouco diferente, né, até pela natureza dos assuntos e pela variedade dos temas, tal. A direita dentro do corpo docente era, havia, mas era um pouquinho, vamos dizer, era mais frágil, né? A faculdade chegou a ser palco de um episódio grotesco, que foi a tomada do poder, dentro da universidade, por um professor de lá que era militar, o coronel Expedito Orsi Pimenta. Isso mesmo. Do Departamento de História. Que depois nós ficamos conhecendo também, era uma pessoa muito urbana, muito educada, isso anos depois. Ele, nessa história que eu contei antes, de que em todo lugar estavam pessoas tomando conta de tudo, ele se arrolou na ideia de ocupar a reitoria, demitindo o Professor Aloísio Pimenta, Reitor. E isso, evidentemente, houve uma série de articulações na cúpula do governo, no governo que se iniciava, do Presidente Castelo Branco, e o governo decidiu reestabelecer o cargo do Reitor Aloísio Pimenta, né. Agora, lá na Fafich – naquele tempo chamava-se Faculdade de Filosofia - Fafich foi depois da reforma. Havia muitos professores que eram bastante, não sei se simpáticos ao movimento estudantil, mas eram abertos, eles respeitavam, né. O diretor, quando eu entrei, era o Professor Arthur Versiani Vellôso, que era o decano da faculdade, a pessoa mais famosa, era o fundador da faculdade. Mas no fim do ano, ele, que já tinha sido diretor várias vezes, já velhinho, passou o cargo para o professor Pedro Parafita de Bessa, que era da Psicologia. Esse homem eu quero homenagear aqui nesse depoimento, porque foi uma pessoa formidável que nós, estudantes, a quem nós devemos gestos de grande dignidade. Ele não ficava tomando posição política para um lado ou para outro, mas era uma pessoa justa. Eu acho que é isso que se espera de um dirigente, que ele seja justo, né? E o professor Bessa, ele, o ano de 68, ele era uma pessoa doente, ele tinha um tumor, era conhecido como uma pessoa com um tumor permanente, a vida dele sempre muito, era uma pessoa meio condenada. Até não era velho, mas condenado a uma morte precoce. Sempre nós sabíamos disso. E ele, mesmo com essa doença, que ele controlava, ia para os Estados Unidos, ele se comportou com muito esforço, com muita serenidade diante das pressões que a faculdade recebia das forças de repressão. Principalmente em 1968, a nossa faculdade se tornou especialmente tensa, porque o movimento foi ganhando mais fôlego, o movimento estudantil em geral, né, e houve um fato que, aí sim foi relacionado com o nosso grupo de estudantes, aqui

talvez não sei se alguém já falou nos depoimentos para a Comissão da Verdade do curso paralelo das Ciências Sociais. Eu queria mencionar isso, porque isso foi muito importante, muito interessante e muito delicado para o diretor da faculdade e a congregação. O curso paralelo de Ciências Sociais teria alguma similaridade com as ocupações que foram acontecendo recentemente no Brasil, no Ensino Médio, e recentemente nas universidades, quando teve a greve e tal. Ele foi uma espécie de ocupação antes do tempo. Consistiu no seguinte: os estudantes. Antes das Ciências Sociais, né, liderados pelo Centro de Estudos, hoje chama-se Cacs, Centro Acadêmico, tomaram a deliberação, por unanimidade, isso que é interessante, de montar um curso paralelo dentro de um currículo que foi refeito e convidando professores para esse curso que vários eram professores e outros foram substituídos por convidados externos, tá? Foi uma espécie de uma ocupação acadêmica, científica, né, que tinha muita credibilidade, porque foi quem bolou esse curso, foram nossos colegas do quarto e terceiro ano, que eram pessoas de muito bom nível acadêmico. Eram um pouco militantes políticos também, né. Eu posso dizer para vocês quem eram as pessoas que eu tenho como referência desse quarto ano, por exemplo. Acho que a pessoa mais influente no curso foi o Fausto Brito, Fausto Alves de Brito, que é Sociólogo e hoje é Professor da demografia, Ciências Econômicas. Ele era da Sociologia, porque lá era dividido em três ramos: Sociologia, Antropologia e Política, né, o quarto ano. Havia também um outro aluno nosso que eu sei que teve influência no curso paralelo, mas era do terceiro ano, era o Antônio Luiz Paixão, que era um aluno brilhante, muito conhecedor do tema. E o Antônio Augusto Prates, que era também do terceiro ano e muito desse setor, então esses aí eram mais do grupo da AP. Já estavam entrando em atrito com a AP porque a AP nessa época deu uma, tomou uma, deu uma guinada para se aproximar do Marxismo, do PCdoB, e eles não seguiram esse caminho, esses três que eu falei. Mas eles eram todos alunos excelentes e que tinham muita visão de como que deveria ser um curso de Ciências Sociais. Na área da Ciência Política, estiveram, vamos dizer, nesse topo que eu falei, de gente que estava montando o curso, alguns colegas que se tornaram muito famosos na área científica, como Olavo Brasil de Lima Junior, o Renato Bosque, o Flávio Saliba, que era do quarto ano. Eram os nossos colegas que estavam mais lá, né. A Eleonora Menicucci, que era da turma deles também de Ciência Política, mas ela era mais uma ativista política, mas ela era uma aluna, estava sempre ali nas aulas e foi um dos grandes esteios do curso paralelo também. Então era um grupo, se eu

bem me lembro, uns dez alunos, mas alunos de primeira linha, academicamente. Isso que deu respeitabilidade ao curso, porque eles iam na congregação negociar, que aí uma vez montado o curso, foi assim: montou-se o curso, eles fizeram algumas matérias novas, substituíram algumas coisas e convidaram alguns professores de fora para dar aula no lugar dos professores que nós não queríamos que figurassem. E aí o curso começou. A faculdade não proibiu o curso de funcionar. Nós fizemos uma secretaria, os alunos matricularam, todos os alunos. Ah, porque a escola abriu a matrícula para o curso oficial, ninguém foi lá. Foi muito interessante esse caso. O que eu acho que a diretoria da escola e do próprio nosso curso foram prudentes em não antagonizar isto, né, porque acho que eles perceberam que era um movimento extremamente novo e serio e forte, politicamente. “Nós não vamos”, né. “Vamos ver como é que fica”. Os nossos líderes passaram a ir na congregação para legalizar o curso, porque era muito importante que o esforço que nós alunos estávamos fazendo não fosse perdido, né. A gente estava fazendo provas, ganhando créditos. Essa negociação durou praticamente o ano inteiro na congregação. Acho que, aí o Fausto era o principal negociador, muito hábil, muito firme também, né. E nisso é que eu acho que o professor Bessa conduziu muito bem, porque ele impediu a congregação de desmanchar essa experiência, né. E no fim do ano o curso foi reconhecido, assim, foi revalidado e tudo. Essa experiência foi muito comentada fora de Belo Horizonte. Eu fui em um congresso da UNE em 68 e um dos itens da pauta era o curso paralelo da Ciências Sociais UFMG, que a pauta do congresso falava muito de lutas contra a ditadura, mas ela envolvia também alguns itens relacionados a área acadêmica, né. Naquele ano estavam surgindo coisas na Europa, como o movimento de maio de 68, em Paris; a lutas nos Estados Unidos contra a guerra do Vietnã; a Primavera de Praga, tudo foi nesse ano. Então ações inovadoras dos estudantes eram comentadas no congresso da UNE, como canais novos de expressão e de mudança da qualidade da universidade, havia essa discussão. Então a nossa experiência, eu lembro de um congresso em que eles me pediram para explicar o quê que era o curso paralelo, como eu expliquei para vocês aqui nesse depoimento. Eu acho que isso foi muito importante para nós, para nossa formação, inclusive. Foi pelo lado político, foi uma coisa que amadureceu muito toda essa nossa geração, mas principalmente para nossa formação acadêmica, porque nós tivemos que pensar em um curso alternativo e melhor. O curso de Ciências Sociais acabou ficando mais ou menos do jeito que a gente inovou naquela época, sabe? As reformas subsequentes, nós já éramos

professores, né, aproveitamos muito das propostas de 68, que nós mesmos tínhamos assumido. E os professores que nós tínhamos descartado, depois a gente, houve, acho que houve uma tolerância de lado a lado, acho que eles compreenderam também um pouco. Alguns não ficaram, que eram, realmente não eram para ficar lá. Então o Professor Bessa eu acho que foi formidável ao conduzir a congregação da faculdade para ouvir, nos ouvir, tá, as nossas aspirações, o que a gente tava tentando fazer, né. Bom, no fim desse ano aconteceu um fato muito sério lá, novembro, que foi um cerco ao prédio da faculdade, aí um cerco militar. O bairro ficou totalmente tomado, porque a polícia tinha sabido que lá se realizaria uma reunião de refundação da UNE, uma coisa assim, acho que era uma coisa assim. Algo sério e que era clandestino, né. E de fato essa reunião estava sendo feita no subsolo da faculdade, aonde o nosso curso funcionava, e os alunos, assim, um grande número de alunos mais ativos deu uma certa cobertura àquilo quando viu que estavam chegando forças. Eles não chegavam a invadir o prédio, até aquele momento havia um certo limite aí, mas eles foram, havia o cerco, né, real, assim, e enquanto isso a congregação, sob a direção do Professor Bessa, se reuniu de maneira muito intensa para ver como aquilo se resolvia, isso durou horas, que essa coisa durou o dia inteiro, até de noite, né, tudo sob ameaça de acontecer alguma tragédia lá dentro e finalmente acho que fizeram uma negociação, né, ele conduzindo, sempre amparado pela congregação. E esses episódios todos foram a causa da vingança que o Professor Bessa foi vítima, que em agosto de 1969, né, ele estava naquela pequena lista que decapitou a universidade, né. Dez pessoas, os dez talvez mais importantes membros da universidade foram cassados, demitidos e humilhados, assim. O Reitor, professor Gérson Boson; o Diretor da Fafich, Professor Bessa; Diretor da FACE, Professor Rodolfo Bhering. Na medicina? E vários outros... Ah, o Diretor da faculdade de Direito, Professor Lourival Vilela Viana, né. Vários nomes dos que eu estou citando eram pessoas conservadoras, contra as quais o regime não deveria, não teria nenhuma conta a cobrar do ponto de vista ideológico, mas colocou eles como alvos por achar que eles eram negligentes, assim, benevolentes com os estudantes. Eu acho que foi esse o motivo, de vários desses que eu citei, né. Então eles foram atingidos e injustiçados profundamente por terem sido justos e corretos, né, na sua missão de educadores. Eu acho que foi isso. O reitor estava nos Estados Unidos, ele era um homem ligado ao PSD antigo, Israel Pinheiro, não diria que ele era um homem do regime militar, mas ele era um, não era um homem do outro lado, né. Isso foi um absurdo, porque a

universidade se viu completamente acéfala de repente. E sob uma grande tensão. Nessa época eu já era aluno, não, eu era aluno do terceiro ano, terceiro ano de Ciências Sociais. O ambiente que se estabeleceu ali, quer dizer, na área estudantil já estava tudo fechado, porque desde que o Ato Institucional Número 5 tinha sido emitido, em dezembro do ano anterior, 68, os diretórios, DCE, ficaram completamente lacrados.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: 477.

OTÁVIO DULCI: É, o decreto 477, exatamente.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Isso, 69.

OTÁVIO DULCI: É. Pois é. Foi, né. Os líderes estudantis estavam, vamos dizer, mais ou menos clandestinos nessa época, ou presos, né. Então da parte dos estudantes não havia muita condição. Eu lembro que lá, nesse período, nós fizemos um pequeno trabalho na Ciências Sociais que é de manter aberto o Centro Acadêmico, que passou a ser o nosso lugar de atuação, muito modestamente, mas nós fazíamos eventos, né, eu era da diretoria, aí eu entrei com mais firmeza, assim, porque era uma coisa que dava para nós fazermos, né. Então nós nos preocupávamos em fazer eventos que tinham a função também de uma discussão crítica, né. Os centros acadêmicos eram parte do organograma da faculdade, então eles não foram atingidos não. Até esse nível eles não mexiam, se bem que os órgãos militares nessa época já estavam atuando mais diretamente, vigiando aí a área das forças armadas mesmo, né. E eles tinham, chegavam até esse nível de vigilância.

OTÁVIO DULCI: O presidente do nosso centro, porque eu era o vice-presidente, o Francisco Jacó Pimenta da Rocha, o Chico Jacó, foi processado pelo 477. Quer dizer, era uma coisa tão pequena, mas praticamente pelo simples fato de ele presidir um órgão assim, né, foi processado. E aí a diretoria, quem entrou no lugar do Professor Bessa foi uma gestão nova, que era bem mais alinhada com essas orientações da repressão, né.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Foi o Werneck...

OTÁVIO DULCI: Não.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Quem que era?

OTÁVIO DULCI: É o professor Daniel Vale Ribeiro. Professor Daniel era uma pessoa que tinha, vamos dizer, muito mais abertura para essa pressão, ele, acho que era muito pressionado, e o clima era de muito fechamento. Agora, posteriormente a essa fase, o professor Daniel, ele foi, que ele continuou, era catedrático, de história antiga

lá, pessoa que todos conhecíamos, ele foi percorrendo o caminho da abertura que o país foi vivendo. E ele se, vamos dizer, se aproximou muito da nossa geração, sabe? Assim, é uma das pessoas raras que eu vejo que teve a humildade de reconhecer que aquilo não foi um bom momento, sabe? Então ele, ele foi se abrindo, foi repensando, mas no período dele foi bastante duro. Os outros diretores também. Eles conseguiram montar um time de diretores, no lugar desses que foram demitidos, né, que eu falei, que eram muito alinhados com o regime militar. Eu comecei a dar aula, eu me formei em 1970, fui fazer pós-graduação na Ciência Política, e aí, em 1972, meio do ano, eu fiz um concurso, comecei a dar aula de Sociologia. E a primeira faculdade que eu dei aula, foi onde me designaram, foi a Ciências Econômicas, curso de Economia. Nós temos várias matérias lá, os dois cursos são muito ligados. E eu era um professor novo, 24 anos, né. Um belo dia, eu recebo, a FACE, Faculdade de Ciências Econômicas, é uma faculdade muito organizada, muito disciplinada, assim, bem arrumada. Então eles, a diretoria, tem uma série de portarias e mensagens, organiza tudo. Recebi uma mensagem no meu diário de classe pedindo encarecidamente, na verdade mandando, que nenhum professor deixasse ter acesso à sala alguém que não estivesse na minha lista de presença na hora. Ou seja, nenhum líder da faculdade deve entrar. Foi uma medida radical de amputar completamente o movimento estudantil lá, né. Assinada pelo diretor. Todos os professores receberam essa cartinha. Então lá era um lugar, era uma escola também que tinha tido muita atividade política, e que acabou sendo o polo da reconstrução do DCE, mais ou menos por essa época que eu estou mencionando aí, 72, 73, né. Alunos do curso de Economia foram os que reiniciaram o DCE, como Virgílio Guimarães, o João Machado Borges, o Flávio Andrade... Eram alunos do curso de Economia que eu conheci, eram mais novos que eu um pouco, e que era um grupo interessado, politicamente atuante, que reabriu o DCE de uma forma muito criativa, até, misturando atividades culturais, mas de cultura alternativa. Eles traziam músicos e personalidades de São Paulo, do Rio, sabe? Uma efervescência estava acontecendo nos anos 70, peças de teatro... O DCE que ainda era lá no, onde hoje é o Cine Belas Artes, né, ali era a área onde tinham essas peças e debates. Chico de Oliveira vinha, eu lembro de ter assistido palestra dele. Tinha toda uma programação, né. Tentavam fazer num campo que era acadêmico, mas com forte sentido político. E o jornalzinho deles, que era o, tinha um nome engraçado, ligado à futebol, era uma coisa de...

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Gol a Gol.

OTÁVIO DULCI: Gol a Gol, é. Gol a Gol.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Se pegar no pé...

OTÁVIO DULCI: É, dibra, pois é. Era, o Gol a Gol era muito legal, sabe? Quer dizer, eu achei bacana porque essa reconstrução do movimento estudantil nos anos 70 procurou contato, com uma comunicação no sentido profundo, que a professora Célia sabe muito bem o quê que é, que o movimento anterior nunca tinha se preocupado. Uma das críticas que nós tínhamos, esse grupo do curso paralelo inclusive tinha ao movimento estudantil geral, e aos partidos de esquerda, à AP, POLOP, era que eles não tinham, assim, maior preocupação com a realidade dos estudantes. A realidade dos estudantes como estudantes, pessoas que estão estudando, estão se preparando para a vida. E isso envolve essa área cultural, né, da formação geral. Já nos anos 70, a gente via essa preocupação. O jornal Gol a Gol era um jornal muito cultural, assim, né, que procurava atrair os estudantes para o coisa deles, aquele ambiente um pouco da contracultura, né? Todo mundo sabe que os anos 70 foi um rescaldo daquilo ali, né, dos anos 60. Então essa época eu já era professor, eu tinha uma certa ligação com eles, né. Os professores novos eram amigos dos estudantes líderes, porque a nossa diferença de idade era meio pequena. De vez em quando a gente fazia alguns eventos lá também, convidados por eles, né. E eu lembro que 1974, 10 anos de passagem do golpe, né, de 64, foi feito uma espécie de semana de análise histórica. Eu apresentei um trabalho sobre o regime anterior e as causas do golpe, uma coisa assim. Então nós tínhamos esses espaços de reflexão. Isso, a oportunidade para isso aumentou com a posse do General Ernesto Geisel na Presidência da República, que ele veio com uma proposta de abertura lenta, mas que significou uma oxigenação do ambiente acadêmico, claramente, né. Nós sempre ficávamos no fio da navalha, porque... Mas nessa época eu posso, vamos dizer, comentar, que havia uma, nós sentíamos um pouco mais de tranquilidade para dar as nossas aulas, fazer as nossas palestras, sempre em ambientes menores, né. Aí a igreja católica teve muito, vamos dizer, um trabalho muito bom, porque nós tínhamos locais onde a gente fazia discussões, né, às vezes convidados pelas pastorais e tudo. Agora, mesmo nesse período Geisel houve momentos que eu sentia que poderia ter um recuo. Um desses, que eu me lembro perfeitamente bem, foi um fato, provavelmente a Comissão da Verdade já registrou muito, de perseguição aos membros do Partido Comunista, PCB, né, que era um partido relativamente moderado, ele não estava envolvido na luta armada. Essa perseguição eu acho que foi definida por conflitos internos da área militar. Tenho

quase certeza disso, que algum grupo mais radical resolveu apertar o presidente prendendo um grupo que não estava no alvo, né. Foi quando o jornalista Marco Antônio Coelho foi preso, ele é uma pessoa que eu conheço, né, que é de Belo Horizonte, e outros membros do PCB. Teve também nessa época aquela morte dramática do João Batista Drummond, mas eles eram do PCdoB, né, era um outro setor. Mas isso tudo nós ficamos sabendo. Eram fatos estranhos, assim, que cuja explicação não era conhecida do público, havia uma censura muito grande, mas que significavam uma certa ameaça. Eu me lembro que quando houve esse episódio do PCB eu tinha uma Brasília, eu peguei uma série de livros meus, da minha estante, joguei no porta mala da Brasília e de noite fui para a casa da minha mãe, no interior. Levei esses livros. Eu tive esse impulso, eu falei: “Eu acho que nós vamos voltar àquele passado e eles vão nos procurar novamente”, né, nós professores e tal. Mas de qualquer modo esse processo andou, em 1974 tinha tido uma eleição mais liberada, com uma vitória importante da oposição, né, para o Senado, vários estados... Aliás, isso eu acho que é uma das causas da repressão, do recrudescimento no ano seguinte, né, como se os setores bem duros estivessem mandando recado ao presidente, né. “Nós vamos fechar aqui de novo, não deu certo a abertura” e tal. E as coisas então andaram, né, até que em 79 teve uma anistia. E essa abertura prosseguiu com grandes solavancos, né, uma tentativa de golpe em 1977, né, que o presidente Geisel abortou, ele quase caiu por ação do Ministro do Exército, Sílvio Frota. Quer dizer, o regime militar tinha muitas tensões internas, e elas estavam ligadas a esse aspecto institucional que eu falei no começo desse depoimento, né, forças que estavam tentando uma certa liberalização, né, com intuito exatamente de preservar o regime, e forças que eram ditatoriais mesmo, e que tinham uma similaridade, eu acho, com o Chile, Argentina, aquela, né, forças destrutivas. Essas forças é que não chegaram a tomar o poder diretamente, mas elas fizeram, elas deram grandes sustos. Por exemplo, em 1981, o episódio do Rio de Janeiro, da bomba no Rio Centro, né, foi outro episódio, aí é terrorismo de estado mesmo, porque houve outras bombas, inclusive em Belo Horizonte o nosso companheiro Betinho Duarte fez uma pesquisa muito grande sobre o Fascismo, né, Belo Horizonte e tal, aquela, esses atentados, né, à bomba, tiros etc. Então de vez em quando vinha isso aí, né, de maneira assustadora. Mas o regime foi seguindo para frente e afinal conseguiu conduzir essa tal transição, né, que representou a continuidade do regime em grande parte até hoje, né. As forças democráticas brasileiras têm muita dificuldade

de superar o passado. Essa comissão da qual nós estamos participando com esse depoimento, ela tem grandes adversários, né, e é claro que uma das contas que a presidenta Dilma Rousseff teve que pagar na sua queda foi por causa da comissão. Ela não é perdoada por certas coisas que ela fez nesse sentido. Vocês vejam que a transição política brasileira, foi, né, talvez a mais problemática da América do Sul né, nesse aspecto de como trabalhar o passado. Significa também que essa aliança que tomou posse em 64 era forte, que ela não era... Aquilo não era, claro, não foi só um regime militar, né, foi um regime empresarial militar com forte apoio político e em parte apoio popular, né. Foi variando esse apoio, mas tinha uma... Quer dizer, é fruto de uma luta de classes, claramente né. Isso é a visão geral que eu queria dar para vocês. Eu, pessoalmente, não tive uma atuação de liderança, não tive essa posição, mas acho que depois pode fazer... dá uma editada, né?

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Dá, sem problemas.

OTÁVIO DULCI: Mas eu fui, digamos, testemunha de muita coisa. Acompanhei aí ao longo do tempo né. Eu queria mencionar uma pessoa, que eu acho que deveria entrar na listagem dos professores universitários, professora (trecho Incompreensível), que o caso dessa pessoa é tão estranho que ela foi totalmente esquecida. Foi, na verdade, o primeiro professor de Minas Gerais a ser punido pelo regime. Na primeira lista que os militares emitiram, punindo o Presidente João Goulart, o deputado Brizola, o Luiz Carlos Prestes, Darcy Ribeiro, todo mundo, figurou um obscuro professor mineiro de Juiz de Fora, o Alberto Ibrahim Arbex. Então na nossa listinha de professores, que não é tão pequena assim né, da qual figura o professor Bessa e outros, eu gostaria que professor Arbex entrasse, ele era professor da faculdade de ciências econômicas, da já Universidade de Juiz de Fora, na época já tinha sido criada. E para a grande surpresa de todo mundo, e dele próprio, ele figurou nessa lista ao lado das personalidades mais importantes do Brasil né. E ele era amigo do meu pai, o Arbex, ele era ligado a esses, aos dominicanos, esse setor católico de esquerda lá de Juiz de Fora, e ele brincava com meu pai que o grande... Vamos dizer, o grande presente que ele tinha recebido na vida foi isso, porque aí ele não podendo mais ser professor, ele foi trabalhar na loja do pai dele. Que ele era libanês e eles tinham uma loja enorme de tecidos, ele falou: "Acabei ficando rico". É modo de falar, porque ele era engraçado, esse professor. Mas ele foi estranhamente, quer dizer, é intrigante como é que o Arbex, quem colocou o Arbex nessa lista? É algum inimigo jurado dele, alguma pessoa

de Juiz de Fora, claro. Talvez o Mourão, que deve ter ouvido falar que ele fez alguma palestra, né.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Na questão das professoras, a primeira lista de cassação de professores que a gente tem, tem uma professora de Juiz de Fora.

OTÁVIO DULCI: Tem a Maria Andréa Loyola.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Exatamente.

OTÁVIO DULCI: Ah, pois é.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Mas o Arbex nós não achamos em lista nenhuma.

OTÁVIO DULCI: É porque ele está só no Ato Institucional, naquele... O ato número 1, que ia ser número 1 e que tinha uma lista anexa.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Sei.

OTÁVIO DULCI: De cassação de direitos e de mandatos, né. Ele figurou nessa lista e pronto. Aí perdeu o cargo imediatamente, né? Foi exonerado da UFJF. Mas eu queria citá-lo porque é bizarro o caso dele, né. Completamente estranho. A professora Andréa era uma pessoa de muito peso acadêmico, acho que ela era do Museu Nacional, se não me engano, Antropologia, né.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: (Trecho incompreensível)...

OTÁVIO DULCI: Pois é. É uma pessoa de peso na época, muito conhecida na área de antropologia, que de fato o caso dela foi no bojo desses outros, acho que mais em 69, não foi? É. Aí teve, fora as autoridades que eu mencionei, como professor Boson, Bessa e tal, houveram alguns professores nossos que entraram naquela lista. O professor Júlio Barbosa, que tinha sido fundador do DCP, Departamento de Ciência Política; O professor Aloísio Pimenta, ex-reitor, já não era reitor, mas foi também cassado nessa lista.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Mehedff.

OTÁVIO DULCI: Hein?

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Mehedff.

OTÁVIO DULCI: Ah, o Nassim.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Nassim.

OTÁVIO DULCI: Professor Nassim Mehedff, que era da faculdade de letras né.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: É.

OTÁVIO DULCI: Sim, professor Nassim.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Anterior, Samir (trecho Incompreensível)

OTÁVIO DULCI: Samir (trecho Incompreensível). É, lembro dele também. Esses aí são de uma geração anterior a nós, acho que são acertos de contas do período pré-64, se não me engano. Pessoas que eles estavam olhando desde o período anterior, né.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Eu queria fazer uma pergunta a você, professor, que é o seguinte. Uma das formas que a ditadura militar controlava as universidades foi através da criação do chamado Departamento de Segurança Institucional, no MEC. E cada universidade tinha uma assessoria especial de segurança e informação, que era como se fosse os olhos do regime dentro da universidade. Você se lembra de eventos ou acontecimentos ou de alguma coisa em relação a isso?

OTÁVIO DULCI: Eu lembro um pouco, algumas gestões da universidade que eu tive maior proximidade, como a do professor Eduardo Cisalpino, de quem eu fui assessor. Essa assessoria foi criada por determinação do regime né, como braço de informações dentro do sistema, da universidade. Agora, é interessante pensar que órgãos como esses, professora (trecho Incompreensível), funcionavam, havia uma margem do lado da universidade para operar essas assessorias. Quero dizer o seguinte, se o reitor fosse uma pessoa muito alinhada com o regime repressivo, a assessoria era praticamente um órgão policial né, ao qual ele se subordinava docemente assim. Agora, se o reitor fosse uma pessoa que procurava ser o ponto de moderação entre o regime e a universidade, a assessoria tinha uma função com esse intuito. Eu acho que isso aconteceu na UFMG, tanto quanto eu me lembro, porque nenhum reitor da UFMG se dispôs a esse papel de ser braço executivo do regime militar. Todos eles assumiram uma missão de proteger a universidade né, e para isso tinham que negociar dia e noite. E essa assessoria funcionava como elo de negociação, na verdade, não de punição e sim de contato com as autoridades militares. É como se ela fosse, cada braço estava de um lado, e o reitor tinha condições de, vamos dizer, de trabalhar determinados problemas junto com ela para, ela representava o reitor nesses contatos. Ela não era só o órgão que trazia para o reitor as determinações do regime, ela levava para lá também, sabe? Isso dependia do

reitor. Os nossos reitores, em Belo Horizonte, todos foram muito conscientes dessa questão e, para isso, aqui acho que deve ser mencionado o seguinte: as universidades tinham uma margem de auto-organização, né? Uma autonomia razoável que estava inclusive na lei. Era uma questão política o modo em que elas iriam usar essa autonomia né, e naturalmente dependia de uma base política interna. O fato que mais mostra isso foi a sucessão do professor Boson, que como nós comentamos aqui, a universidade ficou completamente acéfala. E aí naquele vazio, um grupo de professores politicamente lúcidos, de várias áreas, se organizou para montar a lista, que continua sendo o sistema de lista né, só que os militares tinham passado ela para a lista sêxtupla, para ter possibilidade de entrar alguém deles, sempre. Na lista tríplice era mais difícil. Eles se organizaram para montar uma lista que fosse, que resultasse na proteção da universidade e não na sua destruição final, né. E foi então articulado o nome do professor Marcelo Vasconcelos Coelho, que era um biólogo jovem, ele era apenas professor-assistente ainda, mas era cunhado do general Antônio Carlos Murici, chefe do estado-maior do exército, uma grande autoridade do regime. E que era do lado mais moderado. O general Murici era justamente desse lado moderado, pessoa com quem era possível conversar o assunto, e isso foi feito e o Marcelo foi nomeado reitor em uma lista né, que o general Médici recebeu. Na verdade foi o ministro, né, dele. Então isso foi, eu acho que foi um momento crucial da universidade, ali tudo poderia ter ido para o buraco, porque na lista do Marcelo entraram personagens da ADESG, um professor da arquitetura, eu lembro, um outro da engenharia, que eram muito ligados ao regime, mas tiraram lá 5º lugar, que a lista era votada pelo conselho universitário. Aí no conselho tinha uma disputa ferrenha de posições né. Mas acho que o conselho também deve ser elogiado porque ainda que em situação de muita vulnerabilidade, eles tiveram a grandeza de não se submeter, e com jeitinho, sem alarde, conduziram a universidade para uma situação de autoproteção. Que isso era muito consciente da parte de todo mundo, sabe? Não era uma coincidência não.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Deixa eu fazer, eu queria que você falasse para a gente duas questões. Uma primeira questão daquele, no terceiro (trecho Incompreensível), que foi revisado lá na faculdade de medicina e a... Que foi na gestão do professor Cisalpino..

OTÁVIO DULCI: Cisalpino

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: E uma outra questão é que o Rodrigo (trecho Incompreensível), nas análises que ele faz da questão, o regime militar

também tinha preocupação grande com a modernização das universidades, tendo em vista, uma chamada modernização conservadora etc. E ao mesmo tempo a universidade era criticada pelos seus próprios alunos, pelos seus próprios pares porque era uma instituição, sabe? Retrógrada, conservadora com a questão dos catedráticos, etc. Como é que foi essa questão da modernização de um lado, ou seja, começou a falar, falou algumas coisas sobre isso, e o conservadorismo e a, sabe, a dificuldade de operar isso em uma perspectiva política mais avançada etc, e a questão do (trecho Incompreensível).

OTÁVIO DULCI: Isso é muito interessante, a pergunta da professora (trecho Incompreensível), porque eu acho que essa é a equação que eles trabalharam o tempo todo, principalmente na área educacional e universitária científica. O regime militar, quando entrou em...

OTÁVIO DULCI: (...) 64, ele retomou as bandeiras das reformas de base, que estavam em debate desde a campanha do Jânio Quadros, mais ou menos, passando pelo governo João Goulart, ele retomou essa agenda, ele não descartou, ele redefiniu a agenda das reformas de base na linha da coalizão vencedora, que era o que eles chamariam, o Castelo Branco chamava de “capitalismo maduro”, mas que é uma visão modernizante, modernização conservadora. Dentro desse projeto a questão da ciência e tecnologia era fundamental, talvez mais até do que a educação, a ciência e tecnologia, porque para os militares essa questão estratégica, modernização militar e tal, e eles tinham um projeto muito, eles eram muito, assim, comprometidos com a questão da modernização tecnológica do país, né, até às vezes numa linha nacionalista, que eu acho que vale a pena... e isso tudo pela visão dos militares, não dos empresários, que os empresários já eram neoliberalismo antes da hora, uma coisa assim. E a universidade teria um papel importante nisso, né, pelo lado da pesquisa, principalmente. Tanto é que a bandeira da reforma universitária que a UNE tinha trabalhado tanto no período pré-64 e tudo, eles continuaram ela, foi votada como lei. Lei, Lei do Congresso, no fim de 68, logo antes do golpe, do segundo golpe, 68. Então, e a reforma universitária definiu a estrutura universitária mais ou menos como ela é hoje, eu acho que ela era, digamos, tão relativamente avançada que ela perdurou, instituíram de maneira formal as três funções da universidade: ensino, pesquisa e extensão. A pós-graduação foi prevista nessa reforma, a questão dos departamentos, a qual estava ligado o fim da cátedra. O fim da cátedra já tinha sido definida pelo governo Castelo Branco antes, mas estava um vazio, até que se criaram

os departamentos, né, que são os órgãos que entraram no lugar das cátedras. Então a reforma foi muito interessante do ponto de vista organizacional. Agora, onde que entra o problema político? A visão deles era de uma universidade moderna e apolítica, técnica, é essa que é a equação, o tempo todo. É o que nesse estudozinho que eu, nós oferecemos aqui para a Comissão, nós analisamos. O sonho do regime de 64 era uma universidade moderna e neutra, que fizesse ciência, né. Para isso tinha que ter uma certa liberdade, mas não liberdade de fazer movimento político, principalmente fora do prédio, que aí o controle era... lá dentro... por exemplo, eu fui professor desde 1972 e nunca me senti, digamos, pressionado a mudar minhas aulas. É claro que eu tinha que ter um autocontrole para dizer certas coisas, mas nunca nenhum diretor, assim, foi olhar o programa de curso que eu dava. E eu dava qualquer autor. Isso o regime militar nunca questionou não, aí é que a grande diferença do Chile e da Argentina, eu acho, né. Eles não estavam interessados em podar a ciência, eles estavam interessados em que a ciência não se transformasse em política fora do prédio. Eles, inclusive, eram pessoas, os mais cultos, na área militar, conheciam os autores de esquerda, o Gramsci. Eu lembro de um colega meu, René Dreifuss, que ficou extremamente surpreso ao conversar com um coronel, a quem ele entrevistou, e esse coronel começou a citar Gramsci, e citar certo. Tudo certinho, o problema da hegemonia... então, mas eles eram pessoas de boa cultura, né, nesse sentido. Os mais ilustrados, né, que na verdade tinham o comando das ideias, das políticas todas. A questão educacional talvez fosse menos premente para essa lógica militarista e tal, mas ela também tinha uma certa, o problema do capital humano, né, e da formação de quadros, né, aí a predileção era mais para o lado da engenharia, por exemplo, da agronomia, né, das áreas básicas, ou profissionais. As ciências humanas entraram de cambulhada, não poderiam ser tiradas, mas havia uma certa vigilância em alguns lugares, por exemplo. Como eu falei, na UFMG menos, talvez não, mas São Paulo o ambiente era mais tenso; O Rio de Janeiro foi uma cidade que sofreu muito com a repressão na área acadêmica, essa foi. Então, bom, isso quanto ao intuito geral né, (trecho Incompreensível). Agora, o UEE-MG, o encontro, foi para reconstituir a UNE, não foi... é. Eu sei que nessa época que surgiu aquele moço deputado, PCdoB, o Aldo Rebelo, parece que se tornou presidente da UNE nessa época, o Aldo Rebelo. O encontro foi na faculdade de medicina, foi feito mais ou menos com certa publicidade, fazia parte do processo, quer dizer, né... veio muita gente de fora, de outros estados, e ele se transformou num problema sério, porque envolveu os militares dos quartéis

militares aí, militares federais, exército; o governo do estado e a universidade, tinha três atores resolvendo o problema. O que eu sei é que o reitor, o Eduardo Cisalpino, contou com um certo amparo do governador do estado, Aureliano Chaves. Eles formaram uma espécie de articulação para impedir o pior, né. E o professor Cisalpino ficou o tempo todo e acompanhou os alunos para a triagem que foi feita no local.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: No 12 RI.

OTÁVIO DULCI: No 12 RI, pois é. É a abertura do governo Geisel, mas vocês vejam, uma abertura muito complicada, né, cheia de altos e baixos. E de vez em quando havia um recrudescimento de pressões, sabe, em cima da universidade, que eram resolvidas através de elos com parte do governo contra outras partes. Por exemplo, o Ministério da Educação sempre, frequentemente, tentava proteger os reitores e os diretores de pressões de outros setores do governo, então o regime militar ele era muito fragmentado nesse sentido, sabe? Ele não era uma coisa coesa não. E é nisso que as nossas autoridades acadêmicas podiam manobrar, conversando com uma autoridade lá, avisando que estava sendo pressionada aqui, e aí essa pessoa levava ao Presidente da República e ele arbitrava. Várias ocasiões arbitrava em favor da universidade. Como? Instruindo o chefe do 12 RI para parar com certas coisas. Isso eu me lembro de um episódio pelo menos, grave, em que isso aconteceu, sabe?

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Qual episódio?

OTÁVIO DULCI: Durante a reitoria do professor Cisalpino, que ele chegou a, vamos dizer, corajosamente o reitor foi ao ministro da educação para, tipo assim, “ou para isso ou nós vamos sair”, eu não me lembro exatamente do detalhe, mas “não é possível continuar assim”, sabe? E aí foi uma iniciativa corajosa em que ele ganhou, o general foi, vamos dizer, foi acalmado por uma gestão do ministro da educação, que era o senador Nei Braga com o presidente Geisel. As coisas funcionavam às vezes assim. Em outras oportunidades era muito mais difícil. Esse problema do congresso da UNE, por exemplo, foi difícilíssimo, um fato grave.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Ô Otávio, uma das questões que nós estamos tendo dificuldade por causa da pesquisa documental, que ainda é coisa, é identificar os presidentes do DCE da UFMG, tanto que numa das nossas listas apareceu nome como presidente em 71 e 72, né, foi interrogado. Mas eu queria dizer o seguinte, você deve lembrar do Zé Mateus Pinto Filho, que...

OTÁVIO DULCI: Presidente quando eu entrei.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Pois é, e que morreu afogado.

OTÁVIO DULCI: Sim.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: É isso?

OTÁVIO DULCI: É.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Você se lembra quem que assumiu depois?

OTÁVIO DULCI: O Jorge Batista.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Numa nova eleição ou porque ele era o vice?

OTÁVIO DULCI: Não, o Mateus não faleceu no cargo não, eu acho que ele formou-se em direito e foi trabalhar em algum lugar e aí faleceu.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Ah, é?

OTÁVIO DULCI: É. Ele completou o mandato. Não, ele era, ele formou-se em direito, eu acho. Mas aí a gente pode perguntar isso para aqueles alunos daquele tempo, o Bola. Você conhece o, aluno da faculdade de direito? O Bala Doce. Conhece esse?

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Bala Doce eu conheço...

OTÁVIO DULCI: Então, pergunta o Bala Doce, que era colega deles, o ano que o Mateus faleceu. Tem a família do Mateus...

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: É, tem a Dolores e a Mercês.

OTÁVIO DULCI: Mercês.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: É, uhum.

OTÁVIO DULCI: Depois entrou o Jorge Batista.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Jorge Batista.

OTÁVIO DULCI: Que era do curso, hoje atual curso de Comunicação, né.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Aham.

OTÁVIO DULCI: Depois entrou o Athus, da faculdade de medicina.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: O Athus nós conseguimos encontrá-lo.

OTÁVIO DULCI: Ele é de Goiás, né?

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: É, mas ele está em Goiânia.

OTÁVIO DULCI: Eles são de Goiás, essa família.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: O Jorge faleceu.

OTÁVIO DULCI: O Jorge faleceu, estava no Rio Grande do Norte, né, morando lá.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Aham. Aí depois do Athus...

OTÁVIO DULCI: Aí parou, o DCE foi fechado durante o mandato que foi o Ato 5.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Sei.

OTÁVIO DULCI: O Athus, o mandato dele se interrompeu, né. Aí...

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Aí depois foi o Virgílio? Ou não?

OTÁVIO DULCI: Foi reaberto em 70 e poucos. Eu acho que o primeiro foi o João Machado. Quem sabe essa história bem, sugiro que seja procurado, é o Aloísio Marques.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Sei.

OTÁVIO DULCI: O economista, que foi, era o, digamos, mais ou menos o organizador desse grupo das ciências econômicas que dirigiu a reabertura do DCE do qual o João e o Virgílio eram membros.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Porque depois foi o Flaminio Fantini...

OTÁVIO DULCI: Foi depois, lá por 75.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: É, exatamente.

OTÁVIO DULCI: A Samira foi antes do Flaminio, eu acho.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Não, foi depois.

OTÁVIO DULCI: Foi depois?

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Ela foi da diretoria antes do Flaminio, mas como presidente...

OTÁVIO DULCI: Ah, como presidente.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: É, como presidente foi depois.

OTÁVIO DULCI: Era aluna de física, a Samira, não era?

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Era, exato.

OTÁVIO DULCI: Físico Flaminio era do jornalismo.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: O Flaminio nós identificamos, a Samira nós vamos conversar com ela hoje, o Jânio Bragança...

OTÁVIO DULCI: O Jânio foi depois.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Foi depois, também já fizemos contato com ele, ele mora aqui em Itabira.

OTÁVIO DULCI: Engenheiro, né?

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: É, vem aqui conversar com a gente.

OTÁVIO DULCI: Era uma pessoa muito ativa, o Jânio também. Depois aí começou umas diretorias normais, que eu não lembro mais direito quem era não.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: É. Mas certamente o Jânio e a Samira devem...

OTÁVIO DULCI: Sabem.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: De quem são essas pessoas.

OTÁVIO DULCI: Porque foram sucessores deles. Eles sabem.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: O que a gente está em dúvida aqui é exatamente isso, mas aí você deu duas pessoas que a gente consegue encontrar, que é o Augusto, né, que é o Bala Doce.

OTÁVIO DULCI: O Bala Doce deve saber tudo do DCE antes de 68.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Sei.

OTÁVIO DULCI: Que ele era muito ligado ao Ricardo também, Mata Machado.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Aham.

OTÁVIO DULCI: Amicíssimo.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Bala Doce é lá de Montes Claros.

OTÁVIO DULCI: Exatamente. Juiz, é um juiz.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Juiz.

OTÁVIO DULCI: Engraçadíssimo.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Engraçadíssimo. É, aham.

OTÁVIO DULCI: Ele...

OTÁVIO DULCI: (...) chama Augusto... Não sei.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: É. Eu sei o nome dele, conheço ele muito, é lá de Montes Claros.

OTÁVIO DULCI: É isso mesmo, tem um sotaque de norte...

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: É, até hoje.

OTÁVIO DULCI: Até hoje.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: E o Aloísio lá.

OTÁVIO DULCI: O Aloísio eu acho importante. Eu não sei se ele já deu depoimento...

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Não, e certamente nós vamos conversar também com o Valdo Silva.

OTÁVIO DULCI: Valdo.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: É.

OTÁVIO DULCI: Que era presidente do DA da FAFICH.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Do DA da FAFICH. E que lembra de coisas...

OTÁVIO DULCI: Conhece bastante. O Aloísio eu acho muito importante para esclarecer esse movimento, principalmente após o Ato 5.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Sei.

OTÁVIO DULCI: Porque a escola que deu origem ao DCE novo foi a Ciência Econômica e ele era a pessoa que mais, vamos dizer, que manteve o movimento funcionando.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: O próprio Virgílio também.

OTÁVIO DULCI: É, o Virgílio, mas o Virgílio era meio júnior do Aloísio.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Sei.

OTÁVIO DULCI: Isso é o que eu quero. O Aloísio era legal vocês conversarem para, como é que foi pensado a reconstrução, como é que surgiram esses líderes, que era um grupo de jovens que ele articulava lá, sabe?

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Sei.

OTÁVIO DULCI: Isso eu lembro bem.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: É isso.

OTÁVIO DULCI: O Virgílio também, acho que ele deveria sim, porque ele foi...

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Nós estamos tentando encontrá-lo.

OTÁVIO DULCI: Eu acho que ele não mora mais aqui, né.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Não.

OTÁVIO DULCI: Tem negócios em outro estado.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: É, negócio em outro estado. Mas nós estamos tentando encontrá-lo.

OTÁVIO DULCI: Sim.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Mas de qualquer forma, sabe...

OTÁVIO DULCI: O DCE não tem arquivo não? Para ver, por exemplo, o jornal Gol a Gol. Capaz de ter, né?

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Não, isso aí tem. Tem, a gente já fez uma pesquisa, porque eles doaram todo o acervo deles para o Projeto República.

OTÁVIO DULCI: Ah, que bom!

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Nós conseguimos dois estagiários, até a Eloísa que escreveu pra gente, no período que nós estávamos meio sem dinheiro, aí o pessoal fez o levantamento e organizou esse arquivo todo. Mas o nome dos presidentes a gente não achou nada.

OTÁVIO DULCI: Uhum.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Deu... sabe? Achou muito material, inclusive tinha material de DA etc. E nós estamos fazendo também junto à PUC, então tem um pessoal também, acho que vocês, não sei se é a Laura que vai pesquisar lá na PUC. Ela é bolsista nossa, vai pesquisar no CEFET.

OTÁVIO DULCI: Sei.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Vai pesquisar no CEFET.

OTÁVIO DULCI: CEFET, sei. É, é.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Do ponto de vista das questões relativas à repressão às instituições universitárias, o CEFET nessa época, praticamente depois que ele se transformou em CEFET, antes era escola técnica, só tinha nível técnico, ele não tinha nível superior. Mas a gente encontrou uma professora que fez uma série de trabalhos lá e está disposta, inclusive, em nos atender (trecho Incompreensível).

OTÁVIO DULCI: Ah, tá. Das universidades do interior, algumas tiveram, acho que têm algo, devem estar trabalhando, o pessoal de Juiz de Fora deve ter uma moça, né? Naquela reunião de 2015 tinha uma moça na mesa.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Exato. Nós já temos contato com eles etc., eles terminaram o relatório deles, já entregaram.

OTÁVIO DULCI: Sim.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: E tem aquelas pessoas que... nós já fizemos entrevista com a Magda, um (trecho incompreensível) com Magda.

OTÁVIO DULCI: Magda.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: A Mariléia e a Marilda têm depoimentos lá na Comissão da Verdade etc.

OTÁVIO DULCI: Sim, muito bem.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Estamos com um termo de cooperação em grupo de trabalho lá em Juiz de Fora.

OTÁVIO DULCI: Muito bom.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Juiz de Fora não, em Ouro Preto.

OTÁVIO DULCI: Em Ouro Preto, certo.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: É. Tivemos...

OTÁVIO DULCI: Viçosa teve alguma coisa? Talvez né?

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: É, nós estamos em contato com um professor lá que provavelmente vai trabalhar com a gente, e Uberaba e Uberlândia.

OTÁVIO DULCI: Ah. É, eu acho que são essas, porque é onde tinha movimento, né.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: É. Tem alguma coisa em Montes Claros, mas aí era muito...

OTÁVIO DULCI: Ainda era aquela fundação, não era universidade.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: É, (Trecho Incompreensível) alguma coisa lá, mas nós estamos fazendo. Agora, qualquer coisa que você quiser nos sugerir, quiser nos passar de documento ou nos indicar alguma pessoa, nós vamos agradecer muito, Otávio.

OTÁVIO DULCI: Tá bem. Nesse pequeno depoimento eu quis falar ligando um pouco a minha vida com o que eu fui vendo, né. E aí eu mencionei algumas pessoas para dar ênfase, acrescentei o nome do professor Arbex, que eu sei que ele foi completamente esquecido, porque não está em nenhuma lista, e se eu lembrar de outros fatos, né. O artigo que nós fizemos para o livro do professor Robson, né, que a comissão recebeu, não é o caso de eu relatar aqui, mas nesse artigo, ou nessa palestra, nós tentamos situar um pouco de maneira mais pessoal, subjetiva, pelo depoimento de professores

da UFMG como é que funcionava a vigilância no cotidiano, sabe? Tanto que isso também é interessante, né, o artigo relata. Os vetos à viagens de certos professores...

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: A pós-graduação...

OTÁVIO DULCI: É, havia limites a determinadas pessoas que não podiam ir; determinadas pressões vindas da área da repressão contra a contratação de professores, que é aí que o reitor manobrava um pouco, conseguia uma parte, outras não, né, ele tinha que ser hábil para não... e um pouco o clima geral dentro do... os cientistas da área das ciências duras, por exemplo, são mais propensos a dizer que não havia nenhum problema com eles, os da nossa área, das ciências sociais e humanas, já sentiam um certo clima de vigilância pelo menos, né, necessidade de controlarmos um pouco o que era feito. Então esse artigo eu acrescento aqui como, oferecendo à comissão como um anexo ao meu depoimento, e fico à disposição para...

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: A gente agradece muito. Você tem alguma questão? E você? Então tá bom. A gente agradece muito, Otávio. Pede desculpa porque só conseguimos ouvir você agora, mas é porque também nós vivemos uma situação que a gente não tinha grandes recursos para sustentar...

OTÁVIO DULCI: Claro.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: E, sabe, ter a possibilidade de trabalhar o depoimento, levantar questões etc. como a gente está tendo agora.

OTÁVIO DULCI: Mas eu fiquei muito feliz e agradeço muito a oportunidade. Obrigado.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Certo.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: (Trecho Incompreensível)

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Eu não sei como é que faz isso não.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Só falar que a gente está terminando o depoimento.

MARIA CÉRES PIMENTA SPINOLA CASTRO: Então nós estamos terminando o depoimento do **OTÁVIO DULCI** Soares Dulci, né, às 10h53min do dia 21 de fevereiro de 2017. Queremos agradecer ao pessoal aqui da FUMEC e a presença da Vanusa e da (Trecho Incompreensível) aqui com a gente. Muito obrigado.

OTÁVIO DULCI: Acabou sendo mais comprido, né, eu falei: “Acho que vai ser uns quarenta minutos, né”.